

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 8 – Número 0434 – 17/11 à 21/11/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[TST reconhece que sindicato pode ajuizar dissídio coletivo se houver recusa arbitrária em negociar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/11/2025

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho aprovou, por maioria, tese jurídica de observância obrigatória segundo a qual a recusa arbitrária da entidade sindical patronal ou de qualquer integrante da categoria econômica em participar da negociação coletiva supre o requisito do comum acordo para a instauração do dissídio coletivo de natureza econômica. Essa situação é evidenciada pela ausência reiterada às reuniões convocadas ou pelo abandono imotivado das tratativas, A decisão uniformiza a interpretação sobre o tema e reforça a aplicação da boa fé objetiva no processo negocial, em consonância com as Convenções 98 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A tese fixada, ainda pendente de publicação, estabelece:

“A recusa arbitrária da entidade sindical patronal ou de qualquer integrante da categoria econômica em participar de processos de negociação coletiva, evidenciada pela ausência reiterada às reuniões convocadas ou pelo abandono imotivado das tratativas, viola a boa-fé objetiva e as Convenções 98 e 154 da OIT, tendo a mesma consequência do comum acordo para a instauração do dissídio coletivo de natureza econômica.”

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Dia da Consciência Negra e ponto facultativo suspendem prazos processuais no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2025

Em razão do feriado do Dia Nacional da Consciência Negra, na quinta-feira (20), e do ponto facultativo na sexta-feira (21), não haverá expediente no Tribunal Superior do Trabalho nesses dias. Com isso, os prazos processuais que se iniciam ou se encerram nesses dias serão automaticamente prorrogados para a segunda-feira (24).

[Empresa de transportes é condenada por falta de segurança em oficina que atendia 250 veículos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2025

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu o recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) para condenar a Transoliveira Transportes Ltda., de Joinville (SC), ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. Empregados utilizavam equipamentos sob o risco de acidentes. Segundo o colegiado, a falta é grave.

[Promotora de vendas comprova que esforço físico agravou fibromialgia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/11/2025

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que as atividades exercidas por uma promotora de vendas da Café Três Corações S.A., ainda que semnexo causal direto, contribuíram para o agravamento de sua fibromialgia. Com isso, a empresa deverá pagar reparações por danos morais e materiais.

[TST, CSJT e CNJ firmam acordo para desenvolver agenda conjunta voltada à dignidade no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/11/2025

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmaram nesta terça-feira (18) um acordo de cooperação técnica para construir e implementar a Política Judiciária Nacional de Promoção do Trabalho Decente. O instrumento também prevê a criação do Observatório do Trabalho Decente (OTD), que reunirá representantes do sistema de Justiça, especialistas e sociedade civil para desenvolver ações estratégicas sobre o tema.

[Mantida indenização à mãe de trabalhador rural morto em explosão de fogos de artifício](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/11/2025

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação de um proprietário rural pela morte de um trabalhador vítima da explosão de fogos de artifício em uma plantação de mandioca. A decisão confirmou a responsabilidade objetiva do empregador pelo acidente de trabalho fatal e reconheceu o direito da mãe do empregado a indenização de R\$ 70 mil. O processo tramita em segredo de justiça.

[Uso eficaz de protetores auriculares afasta pagamento de adicional de insalubridade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/11/2025

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou o recurso de um sindicato do Espírito Santo contra decisão que negou o pagamento do adicional de insalubridade a empregados da Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil S.A. O colegiado considerou que o fornecimento de protetores auriculares, em conformidade com as normas regulamentadoras, neutraliza a exposição dos empregados a ruídos acima dos limites legais.

Notícias do Executivo

[Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva acontece em todo País de 24 a 28 de novembro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Relações do Trabalho, realizará entre os dias 24 e 28 de novembro a Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva 2025 em todo país, iniciativa voltada ao fortalecimento do diálogo social e ao aprimoramento das relações de trabalho. Com o tema “Negociação Coletiva e os Desafios Contemporâneos das Relações de Trabalho”, a programação reunirá especialistas, representantes de trabalhadores e empregadores, pesquisadores e autoridades públicas para discutir assuntos fundamentais para o mundo do trabalho atual.

[Décimo terceiro salário: entenda o direito, regras e prazos de pagamento](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reforça que todos os trabalhadores empregados formais no Brasil têm direito ao décimo terceiro salário, garantido pela Constituição Federal. Previsto desde 1962, o benefício funciona como uma gratificação anual e pode ser pago de forma integral ou proporcional, conforme o tempo de serviço prestado ao longo do ano.

[Goiás realiza etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 19/11/2025

Goiás sediou, na última terça-feira (18/11), a etapa estadual da II Conferência Nacional

do Trabalho (II CNT). O encontro ocorreu na Casa da Indústria – FIEG, reunindo representantes do governo, trabalhadores e empregadores para debater os desafios do mercado de trabalho e construir propostas voltadas à promoção do trabalho decente. A conferência, organizada de forma tripartite, paritária e democrática, integra o processo nacional coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As discussões resultaram na aprovação de 15 propostas, que serão encaminhadas à etapa nacional da II CNT, prevista para março de 2026, em São Paulo.

[Luiz Marinho assinou nesta terça-feira \(18\) portaria que nomeia 855 Auditores Fiscais do Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/11/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, assinou nesta terça-feira (18) a portaria que oficializa a nomeação dos 855 candidatos aprovados no Concurso Público Unificado para o cargo efetivo de Auditor-Fiscal do Trabalho. A Portaria foi publicada nesta quarta-feira (19) no Diário Oficial da União.

[Ministro Luiz Marinho abre etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho em Belo Horizonte](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/11/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou na manhã desta terça-feira (18/11), em Belo Horizonte (MG), da abertura da etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho (CNT). A Conferência é um espaço tripartite, paritário e democrático, voltado à construção coletiva de diretrizes e políticas públicas para a promoção do trabalho decente, a valorização das relações laborais e o fortalecimento do diálogo social em todo o país. As etapas estaduais da CNT estão sendo realizadas em todas as regiões do Brasil entre setembro e 11 de dezembro de 2025. A etapa nacional está prevista para 4 de março de 2026, em São Paulo.

[Boletim destaca boas práticas que promovem cláusulas voltadas às responsabilidades familiares](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 17/11/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulga nesta segunda-feira, 17 de novembro, o Boletim nº 16 da série Boas Práticas em Negociações Coletivas, com foco em cláusulas que reconhecem e protegem as responsabilidades familiares dos trabalhadores. A publicação apresenta 20 exemplos de boas práticas registradas no Sistema Mediador do MTE em diversas regiões do país durante o ano de 2023.

[Governo do Brasil divulga prazos para adoção gradual do cadastro biométrico de usuários de benefícios sociais](#)

Ministério da Previdência Social - 19/11/2025

O Governo do Brasil publicará portaria na sexta-feira (21) para regulamentar a adoção gradual do cadastro biométrico obrigatório para concessão, procedimentos de manutenção e renovação de benefícios da Seguridade Social. A medida integra a agenda de transformação digital e aprimoramento da segurança dos programas sociais.

[Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva terá painel sobre SST na Fundacentro](#)

Fundacentro - 17/11/2025

No dia 25 de novembro, das 9h às 12h, a Fundacentro sediará o Encontro Regional de São Paulo da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva. Organizado pela Fundacentro e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o evento é gratuito e será no auditório da Fundacentro, na rua Capote Valente, 710, no bairro de Pinheiros, em São Paulo/SP. No YouTube, será transmitido pelo canal do MTE e pelo [canal da Fundacentro](#). As inscrições são pelo [link da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva](#) do MTE, sendo preciso selecionar o dia/local em que deseja participar. O evento de São Paulo é um dos três que ocorrerão na semana. Os demais serão em Brasília, no dia 24, e no Rio de Janeiro, no dia 26.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Seminário online discute enfrentamento ao capacitismo no ambiente de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/11/2025

O Ministério Público do Trabalho e a Escola Judicial do TRT15 (Ejud-15), com apoio da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), realizam no dia 4 de dezembro, às 14h, o seminário online Enfrentando o Capacitismo no Trabalho. Com três horas-aula, a capacitação será transmitida pelo canal do YouTube da Ejud-15 e conta com a participação do professor doutor pela Unicamp José Dari Krein, da coordenadora nacional da Coordigualdade, Danielle Olivares, da desembargadora do TRT15 Eleonora Bordini Coca, além de especialistas na área.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Integrantes da DS-GO participam da etapa estadual da CNT, em Goiânia](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/11/2025

O presidente do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) do SINAIT, Anísio Barcelos, Auditores-Fiscais do Trabalho no estado e o superintendente da Regional do Trabalho e Emprego em Goiás (SRTE-GO), Nivaldo dos Santos, participaram dos debates da Etapa Estadual da Conferência Nacional do Trabalho (CNT) de Goiás. O evento ocorreu nesta manhã de terça-feira, 18 de novembro, no auditório da Federação das Indústrias no Estado de Goiás (FIEG), em Goiânia. As etapas estaduais e nacional são organizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

[SC: Auditoras e Auditores-Fiscais participam da etapa estadual da II CNT, em Florianópolis](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/11/2025

Auditoras e Auditores-Fiscais do Trabalho de Santa Catarina participaram nesta quinta-feira, 13 de novembro, em Florianópolis, da etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT). Entre eles, o diretor do SINAIT Lucas Reis, os integrantes da Delegacia Sindical do SINAIT de Santa Catarina, Daniele Neves, Luciana Lee e Eduardo Costa, a Auditora-Fiscal do Trabalho Luciana Sans e os Auditores José Márcio Brandão e Luiz Carlos Osório, além do técnico em Segurança, Carlos Eduardo Simas. O secretário de Inspeção do Trabalho, Luiz Felipe Brandão de Mello, e o superintendente Regional do Trabalho, Paulo Eccel, também estiveram na etapa estadual de Santa Catarina.

Outras Notícias

[Reintegração por doença grave ou estigmatizante garante estabilidade absoluta ao empregado?](#)

Consultor Jurídico - 23/11/2025

A proteção ao emprego contra a dispensa discriminatória é um dos pilares do direito do trabalho moderno, refletindo a função social da propriedade e a dignidade da pessoa humana, ambos fundamentos da República (artigo 1º, III e IV, da Constituição). Nesse contexto, a reintegração judicial de um trabalhador dispensado em razão de doença grave ou estigmatizante, amparada pela Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho, representa um marco contra a discriminação.

[TRT-15 aplica protocolo do CNJ e reconhece racismo velado em empresa](#)

Consultor Jurídico - 22/11/2025

A 11ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de SP) condenou duas empresas — uma de trabalho temporário e a tomadora de serviços — ao pagamento de R\$ 7 mil a título de indenização por danos morais a um trabalhador negro dispensado depois de ter sido injustamente acusado de furto. O colegiado reconheceu a ocorrência de racismo velado e aplicou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

[TRT-4 aplica rescisão indireta a empresa que transferiu empregado para outro estado](#)

Consultor Jurídico - 21/11/2025

A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reconheceu a ilegalidade da transferência de um serrador, depois do retorno de um benefício pre-

videnciário, para uma cidade de Santa Catarina, a mais de 400 km de distância do local onde ele trabalhava.

[Comum acordo e o dissídio coletivo: socorrismo do Judiciário e fragilidade dos sindicatos](#)

Consultor Jurídico - 21/11/2025

O tema que envolve instauração de dissídio coletivo parece estar sempre dividindo a doutrina entre aqueles que sustentam a preservação do poder normativo da Justiça do Trabalho como forma de proteção dos trabalhadores e aqueles que consideram que a Emenda 45 encerrou o poder normativo e que as negociações coletivas de trabalho devem prevalecer, livres e autônomas, como forma de avanço e de conquistas de melhores condições de trabalho.

[TRT-19 condena empresa por demitir empregada que usou tranças no trabalho](#)

Consultor Jurídico - 20/11/2025

Se não há justificativas razoáveis, proporcionais e objetivas para vedar o uso de tranças no ambiente de trabalho, a atitude tem cunho racista. Com essa tese, o juiz Emanuel Holanda Almeida, da 9ª Vara do Trabalho de Maceió, condenou um correspondente bancário a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 15 mil a uma vendedora que foi dispensada do emprego após comparecer ao trabalho com tranças afro. A decisão reconheceu a ocorrência de discriminação indireta por motivo racial.

[TRT-3 mantém justa causa de personal trainer que cometeu racismo recreativo](#)

Consultor Jurídico - 20/11/2025

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a demissão por justa causa de uma personal trainer de uma academia de ginástica que cometeu racismo recreativo contra um colega. A mulher participou de um grupo de WhatsApp onde foi criada uma “tabela de pontuação negativa” para os colegas em que a cor da pele negra era um “defeito”. Além disso, chamou a vítima de “frango de macumba” e fez figurinhas sobre ela com montagens racistas.

[Laudo que confirma eficácia de EPI impede pagamento de adicional de insalubridade](#)

Consultor Jurídico - 19/11/2025

A 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um sindicato do Espírito Santo contra a decisão que negou o pagamento do adicional de insalubridade a empregados de uma empresa do ramo de fabricação de fios, cabos elétricos e telecomunicações. O colegiado considerou que o fornecimento de protetores auriculares, em conformidade com as normas regulamentadoras, neutraliza a exposição dos empregados a ruídos acima dos limites legais.

[Valores pagos aos trabalhadores subiram R\\$ 20 bilhões em quatro anos](#)

Consultor Jurídico - 18/11/2025

O custo da judicialização das relações de trabalho subiu 69% nos últimos quatro anos. O cálculo se refere aos valores pagos pelas empresas aos reclamantes, como são chamados os empregados que recorrem à Justiça do Trabalho em busca de seus direitos. Em 2020, as empresas haviam desembolsado R\$ 29 bilhões com execuções trabalhistas, pagamentos espontâneos e acordos. Já em 2024, essa despesa saltou para R\$ 49 bilhões — ou seja, um acréscimo de R\$ 20 bilhões em valores absolutos.

[Proteção à maternidade, Constituição e STF](#)

Consultor Jurídico - 17/11/2025

Pode-se dizer que atualmente é impossível estudar Direito do Trabalho sem prestar atenção à pauta trabalhista presente de nossa Corte Suprema, que, não sem motivo, tem sido tão criticada por subverter a lógica protetiva ao trabalhador em diversos julgados, proferidos em controle de constitucionalidade ou pela via da reclamação constitucional. Entretanto, no que diz respeito à proteção à maternidade, o STF tem avançado substancialmente nos últimos anos.

[“Burro e ignorante”: Vendedor será indenizado por ofensas de superiora](#)

Migalhas - 22/11/2025

A 2ª turma do TRT da 4ª região condenou loja de materiais de construção a indenizar vendedor em R\$ 10 mil por ofensas constantes praticadas por gerente da unidade. Segundo o trabalhador, o comportamento da superiora fazia parte da rotina. Ele relatou episódios de gritos, constrangimentos públicos e situações de evidente desrespeito, o que gerava insegurança e clima de tensão entre os subordinados.

[Justiça fixa critérios para reconhecer atividade especial por calor](#)

Migalhas - 21/11/2025

A TNU - Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais fixou, em sessão realizada em 12 de novembro, parâmetros técnicos obrigatórios para o reconhecimento de atividade especial decorrente de exposição ao agente nocivo calor. A decisão, unânime, deu parcial provimento ao pedido de uniformização apresentado pelo INSS, que buscava definir quais informações devem constar no PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário ou no LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho para permitir a aferição adequada da nocividade.

[Indústria indenizará após chefe dizer que “negros não servem para nada”](#)

Migalhas - 20/11/2025

A Justiça manteve indenização de R\$ 50 mil após trabalhador relatar que era chamado pelo superior de “preto safado” e ouvir que “negros não servem para nada”. A decisão foi tomada pela 15ª turma do TRT da 2ª região, que concluiu que as ofensas raciais estavam comprovadas pela prova testemunhal e que a empresa foi “extremamente negligente e insensível” diante das denúncias.

[Gilmar atribui muitas ações de reclamação à “postura infantil” de tribunais](#)

Migalhas - 19/11/2025

Durante sessão do plenário do STF nesta quarta-feira, 19, ministro Gilmar Mendes afirmou que o Tribunal vem lidando com um número crescente de reclamações constitucionais e criticou o comportamento de alguns órgãos do Judiciário em relação às decisões da Corte. S. Exa. destacou que o STF está recebendo grande volume de reclamações, utilizadas para contestar decisões de tribunais que, na avaliação dele, insistem em contrariar entendimentos já consolidados.

[Nunes anula decisão do TRT-5 e suspende ação sobre vínculo com PJ](#)

Migalhas - 19/11/2025

O ministro Nunes Marques, do STF, anulou decisão do TRT da 5ª região que havia reconhecido vínculo empregatício entre empresa e profissional contratado como pessoa jurídica. O relator entendeu que o Tribunal trabalhista contrariou a jurisprudência consolidada do STF sobre terceirização e contratação por meio de pessoa jurídica, além de ter analisado matéria atualmente submetida ao regime de repercussão geral.

[TRT-2: Transtorno de pânico justifica ausência em audiência](#)

Migalhas - 19/11/2025

A 11ª turma do TRT da 2ª região deu provimento ao recurso de um trabalhador e declarou a nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional, determinando o retorno do processo à vara de origem para reabertura da instrução. O caso trata de empregado que não compareceu à audiência e foi considerado confesso quanto à matéria de fato. Ele apresentou atestado médico com diagnóstico de transtorno do pânico, alegando que a condição o impossibilitou de se locomover naquele dia.

[TRT-15: Cervejaria indenizará por dispensar gestante em gravidez de risco](#)

Migalhas - 17/11/2025

A 9ª câmara do TRT da 15ª região manteve condenação de cervejaria ao pagamento de indenização relativa ao período estabilitário de trabalhadora gestante com gravidez de risco, ao entender que não houve prova suficiente de reintegração ao emprego. A trabalhadora exerceu a função de analista de trade marketing e teve o contrato encerrado quando já estava grávida, com gestação considerada de risco.

[TST julgará se fraude em terceirização gera vínculo de emprego](#)

Migalhas - 17/11/2025

Está na pauta de julgamentos do TST o Tema 29, que vai definir se a constatação de fraude na terceirização permite reconhecer vínculo direto entre trabalhador e

empresa tomadora do serviço. O caso, de relatoria do ministro Alexandre Luiz Ramos, seria julgado pelo pleno nesta segunda-feira, 17, mas foi retirado de pauta em razão da ausência justificada do ministro revisor, Luiz José Dezena da Silva.

[Núcleo de Assessoramento Técnico fortalece ações estratégicas em SST](#)

Revista Proteção - 19/11/2025

O lançamento do Nate (Núcleo de Assessoramento Técnico em Saúde e Segurança no Trabalho) ocorreu no auditório da Fundacentro, juntamente com a assinatura da Portaria nº 1758, que oficializou a criação da estrutura, no dia 12 de novembro. Vinculado ao Programa de Bolsas da Fundacentro PBFunda, o Nate tem a missão de planejar, coordenar e propor ações nas áreas de pesquisa, formação e extensão voltadas para os PROMATs Projetos Matrizes, que fazem parte do programa de bolsas da instituição, subordinado à Presidência.

[TRT-2 e Mackenzie firmam parceria para pesquisa sobre insalubridade e periculosidade](#)

Revista Proteção - 19/11/2025

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie firmaram, na última segunda-feira (17), acordo de cooperação técnica para desenvolver uma pesquisa empírica sobre ações judiciais envolvendo pedidos de adicional de insalubridade e periculosidade. O objetivo é analisar esses processos ao longo dos últimos dez anos, de forma qualitativa e quantitativa, além de identificar padrões, tendências e desafios institucionais relacionados ao tema.

[O impacto das avaliações de ruído e a fiscalização da malha fina da Receita Federal no eSocial](#)

Revista Proteção - 19/11/2025

A correta interpretação dos resultados das avaliações de ruído, principalmente no que tange à aplicação do Nível de Exposição Normalizado – NEN, é um fator crucial na conformidade dos eventos de SST no eSocial, mais especificamente o S-2240 “Condições Ambientais de Trabalho – Agentes Nocivos” e o S-1200 “Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social”. Por conta disso, a Malha Fiscal Digital (MFD) entrou de vez no radar das empresas e dos profissionais

de SST. O comunicado recente da Receita Federal, vinculado ao Parâmetro 50.006, mira diretamente um ponto sensível: o adicional do GILRAT (antigo SAT) para trabalhadores expostos ao agente físico ruído.

[Mais de 24% dos acidentes de trabalho no Brasil acontecem no trajeto](#)

Revista Proteção - 18/11/2025

A Lei de Benefícios da Previdência Social classifica como acidente de trabalho aquele decorrente do exercício da atividade laboral ou de atos relacionados às funções desempenhadas pelo trabalhador. Nesse contexto, acidentes que envolvem o uso de veículo durante a jornada de trabalho — como transporte de carga, de passageiros ou do próprio trabalhador — são reconhecidos como acidente de trabalho. No artigo 21, a legislação previdenciária também equipara o acidente de trajeto — quando o evento ocorre no deslocamento habitual entre a casa e o local de atividade — a acidente de trabalho. Dados mais recentes do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) indicam que 24,6% dos acidentes de trabalho no país ocorreram nesse percurso.

[Pavilhão da Transição Justa na Conferência da ONU sobre Clima torna-se um centro de diálogo social e ação climática](#)

Organização Internacional do Trabalho - 21/11/2025

Em meio às trocas contínuas, plenárias de alto nível e conversas informais que animam a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, o Pavilhão da Transição Justa se destaca como um ponto central de encontro para aqueles comprometidos em avançar uma transição centrada nas pessoas para uma economia de baixo carbono e ambientalmente sustentável. Coorganizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Comissão Europeia (CE), e realizado em parceria com a Organização Internacional de Empregadores (OIE), a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o Pavilhão tornou-se um centro de compartilhamento de conhecimento e diálogo sobre políticas.

[Workshop reforça estratégias e práticas de negociação coletiva no segundo dia de atividades](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/11/2025

Representantes de diversas entidades da construção participaram, nesta terça-feira (18), do segundo dia do Workshop de Negociações Coletivas na Construção Civil, em Brasília. A programação prática marcou o encerramento dos dois dias de atividades promovidos pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que reuniu pessoas de várias regiões do país para fortalecer competências técnicas e estratégicas nas mesas de negociação. Organizado pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), o encontro combinou conteúdo conceitual e exercícios práticos. Após debates sobre aspectos legais de convenções e acordos coletivos, reforma trabalhista, organização sindical e poder de barganha, os participantes realizaram uma simulação completa de negociação. A atividade envolveu definição de papéis, construção de propostas e contrapropostas e alinhamento de estratégias.

Atos Normativos

[LEI Nº 15.263, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 17/11/2025 Seção I Pág. 01) - Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.314, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 18/11/2025 Seção I Pág. 106) - Altera o Livro IV das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina a aplicação prática do Processo Administrativo Previdenciário no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS n.º 993, de 28 de março de 2022;

[PORTARIA CGSN Nº 54, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 19/11/2025 Seção I Pág. 81) - Divulga o sublimite de receita bruta acumulada auferida, aplicável no ano-calendário 2026;

[PORTARIA MTE Nº 1.967, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 19/11/2025 Seção I Pág. 275) - Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para os estabelecimentos dos empregadores situados no município de Rio Bonito do Iguaçu, no estado do Paraná, alcançado por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

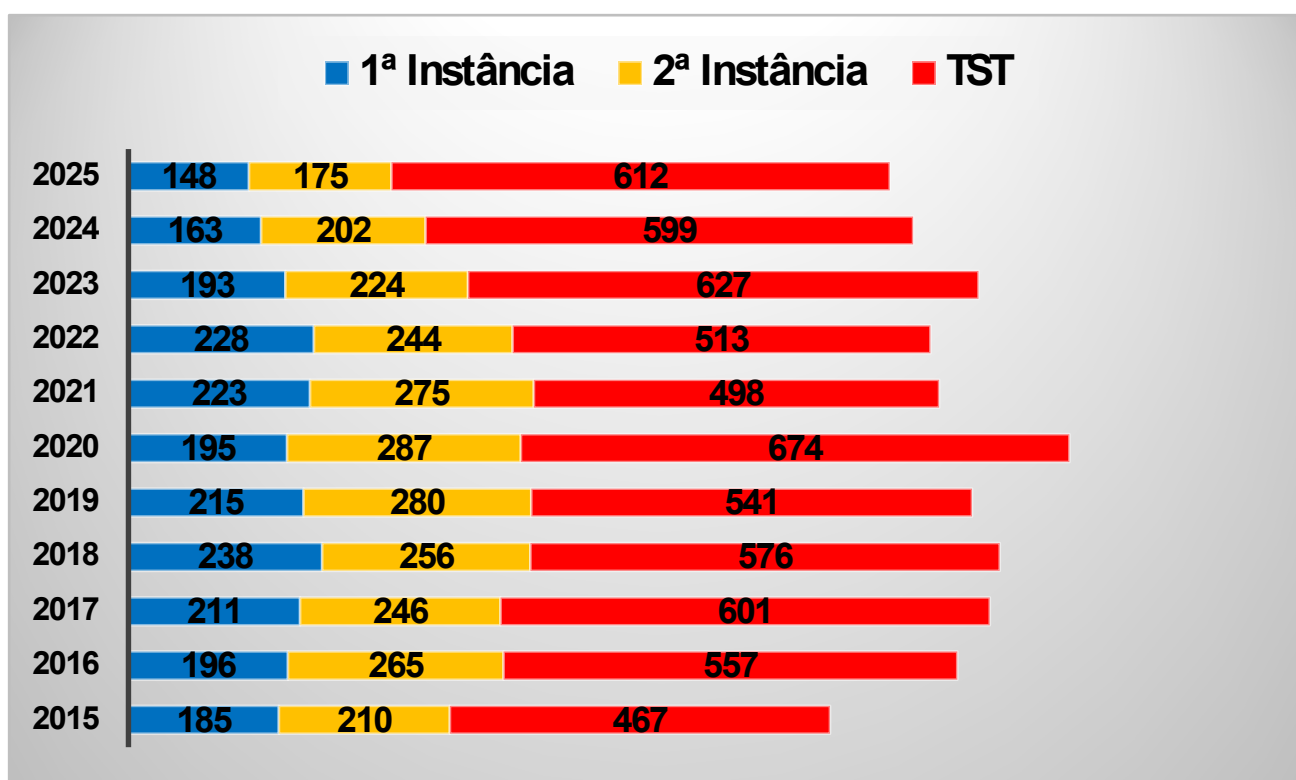
[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.293, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 21/11/2025 Seção I Pág. 62) - Altera a Instrução Normativa RFB n.º 2.172, de 9 de janeiro de 2024, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas;

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE Nº 1.026, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 21/11/2025 Seção I Pág. 127) - Dispõe sobre a ampliação do benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores com domicílio em Rio Bonito do Iguaçu no Estado do Paraná, declarado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em

situação de calamidade pública, por meio da Portaria nº 3.313, de 8 de novembro de 2025.

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2025 (setembro):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente Executivo

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico